

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Julho a Setembro de 2012

Ano 37 – Nº 209

Foto: CPT Rio Grande Sul

Em Romarias e na luta o povo do campo mantém a esperança!

Págs.: 8 e 9



*Turma Evandro Lins:
os advogados e advogadas da terra*

Pág.: 11



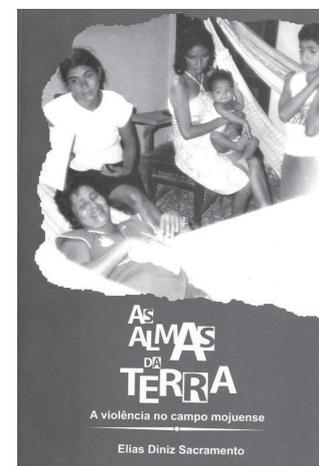
TURMA ESPECIAL EVANDRO LINS E SILVA

EDITORIAL


PUBLICAÇÕES

As Almas da Terra: A violência no campo mojuense - Elias Diniz Sacramento

Os impactos da implantação da agroindústria no território amazônico e a consequente movimentação social dos pequenos agricultores são o foco de discussão deste livro. O autor analisa como o conflito entre a concentração de terra e a produção familiar das comunidades amazônicas levou a um histórico de violência contra os trabalhadores rurais de Moju (PA). Sua abordagem também discute a atuação da Igreja Católica junto aos pequenos produtores e o processo de organização sindical no campo. Elias Diniz Sacramento é mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará e atua como colaborador da CPT Guajarina. Filho do sindicalista Virgílio Serrão Sacramento, assassinado em Moju a mando de grileiros em 1987, é também autor de “A Luta pela Terra numa parte da Amazônia”.



O Direito do campo no campo do Direito: Universidade de elite versus universidade de massas (org.)



Com a organização de Aton Fon, José do Carmo Alves Siqueira e Juvelino Strozake, o livro reúne textos dos alunos da primeira turma de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares da Universidade Federal de Goiás (UFG). Agora já bacharéis em Direito, eles foram convidados a exporem suas trajetórias de formação acadêmica, desde a preparação para o vestibular até a conclusão do curso. Trata-se de um registro deste momento histórico e também de toda a luta empreendida pelos estudantes, pelos movimentos sociais, pelo Inbra e pela UFG para a manutenção do curso. O livro conta ainda com pareceres dos professores Fábio Konder Comparato e Sérgio Sérulo da Cunha, e com o relato do neto de Evandro Lins e Silva, renomado advogado que dá nome à turma, o também advogado Tiago Lins e Silva.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar,
Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzarin

Vice-presidente
Dom José Moreira Bastos Neto

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Isolete Wichinieski
Jane Silva

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO
EED
Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

Fundação Eugen Luther

MZF
Missionzentrale der Franziskaner
e. V. CCFD

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



Sede da CPT no Acre é alvo de arrombamentos

O escritório da CPT Acre, localizado em Rio Branco, foi invadido duas vezes em um intervalo de 10 dias no mês de agosto. Após a primeira ocorrência, no dia 15, a sede foi novamente invadida no dia 25, quando todas as suas portas foram arrombadas. Nada foi levado em nenhuma das vezes, nem mesmo os cheques assinados, dinheiro em espécie ou os equipamentos eletrônicos que se encontravam no local. Pelo contrário, os cheques e o dinheiro foram retirados da gaveta onde estavam guardados e colocados em cima da mesa, uma clara afirmação de que não se tratava de um roubo. Em nota, a CPT e o Cimi denunciam a situação de extrema insegurança vivida por quem contraria os interesses de alguns madeireiros e fazendeiros da região. Segundo a nota, as ameaças acontecem desde que a CPT intensificou sua ação contra áreas de manejo florestal madeireiro e seringueiras em áreas griladas do Mato Grosso e Sul do Amazonas, em 2010. No ano seguinte, após inúmeras denúncias, o Ministério Público do Acre cancelou o maior plano de manejo do Estado. Desde então, agentes pastorais têm sofrido ameaças por telefone e até pessoalmente. “Estou ligando para você avisar aos seus amigos da CPT que morreu gente no Pará, em Rondônia e que agora vai ser no Amazonas e no Acre. E é daí por diante”, afirmava uma das ligações.

Uma em cada quatro cidades registra área rural maior que seu território

Dados obtidos pelo jornal Folha de São Paulo apontam que 1.355 cidades brasileiras (24,3% do total) possuem área rural declarada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) maior que seu próprio território. Em Rondônia, Mato Grosso do Sul e Goiás, a soma das propriedades rurais chega a ultrapassar o tamanho dos Estados. Em Ladário (MS), cidade de 34 mil hectares, os registros de terra somam 397 mil hectares, número onze vezes maior. O aparente erro de cadastro declarado pelo Incra para explicar a discrepância, indica, entretanto, que o país ainda é tomado por grileiros. Existe também a possibilidade de fraude no sistema do órgão, uma espécie de grilagem virtual. De acordo com a publicação Conflitos no Campo Brasil, da CPT, dos 144 assassinatos por conflitos agrários ocorridos nos últimos cinco anos, 45 foram em cidades onde a área rural ultrapassa seu território total.

Monsanto é condenada por propaganda enganosa

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região condenou a multinacional Monsanto por propaganda enganosa veiculada em 2004, na qual vincula o plantio da semente de soja transgênica e o uso de herbicidas à preservação do meio ambiente. A empresa foi condenada a pagar R\$ 500 mil por danos morais aos consumidores e deve também divulgar uma contra-propaganda na qual deve esclarecer os prejuízos da utilização de qualquer agrotóxico à saúde humana e animal. Para o Ministério Público Federal, que ajuizou a ação civil pública contra a Monsanto, a empresa agiu de forma oportunista, já que ao contrário do afirmado no comercial ainda não existem comprovações científicas que confirmem que a soja transgênica da empresa necessite menos herbicida. Além disso, quando a propaganda foi veiculada, a soja geneticamente modificada ainda não estava legalizada no país e seria fruto de contrabando.



Índio Kaxarari é assassinado por invasores de terra indígena na região da Ponta do Abunã

Mais uma vez a invasão de terras indígenas está provocando tensão e mortes em Rondônia. Desta vez, o alvo foi um indígena da etnia Kaxarari, que ocupam uma área na região da triplíce fronteira entre Rondônia, Acre e Amazonas. João Oliveira da Silva Kaxarari foi assassinado na noite deste domingo (26) no ramal da Mendes Junior, estrada que dá acesso ao sul do Amazonas, município de Lábrea. Segundo relato dos líderes indígenas, Ari e Zezinho Kaxarari, o índio assassinado já lhes tinha procurado para comunicar ameaças de morte que vinha sofrendo de invasores de terra e teria afirmado que se lhe matassem, seria “fulano”, pessoa que já está sendo procurada pela Polícia. As constantes invasões de terras indígenas para extração ilegal de madeira, furto de minério e criação de gado já envolvem as Etnias Paiter Surui na região de Cacoal, os Cinta Larga em Espigão do Oeste e agora, os Kaxararis na Ponta do Abunã.

Trajetória de Dom Pedro Casaldáliga é inspiração para minissérie de televisão



Uma co-produção entre Brasil e Espanha irá contar a história de Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito de São Félix do Xingu (MT), e de sua luta contra o latifúndio e em

defesa dos povos do campo. Baseada no livro “Descalço na terra roxa”, do jornalista Francesco Escribano, a minissérie terá como ponto de partida o diálogo entre Dom Pedro e o então cardeal Joseph Ratzinger, hoje Papa Bento XVI, em Roma, no ano de 1988. O interrogatório aconteceu após o bispo se negar a fazer a obrigatoriedade visita quinzenal ao Vaticano e girou em torno da Teologia da Libertação, da Missa dos Quilombos, de sua visita à Nicarágua para apoiar a greve de fome do chanceler e sacerdote Miguel d’Escotto, dentre outros assuntos. A produção da minissérie contou com uma equipe de 100 pessoas em São Félix do Xingu e com a reconstrução de cenários importantes da trajetória de Dom Pedro desde sua chegada ao local, há 44 anos. Segundo reportagem da agência de notícias francesa AFP, quando soube do filme sobre sua história, o bispo disse a Escribano que não fizessem um filme sobre ele, mas sobre “as verdadeiras causas desta luta: a vida, a terra, a liberdade e a dignidade”.

2ª Semana Teológica Pe. José Comblin e Congresso Continental de Teologia marcam comemorações aos 50 anos do Concílio Vaticano II

Os 50 anos da inauguração do Concílio Vaticano II e os 40 anos da publicação do livro “Teologia da Libertação, Perspectivas” serão lembrados em dois importantes eventos no Nordeste e Sul do país. Entre os dias 12 e 14 de setembro de 2012, foi realizada em João Pessoa (PB) a 2ª Semana Teológica Pe. José Comblin. Com o tema “O legado da Teologia da Libertação e a contribuição de José Comblin”, o encontro contou com conferências e oficinas que discutiram a teologia testemunhal no Nordeste diante de novos sujeitos, como os camponeses e indígenas, a contribuição da Teologia da Enxada na perspectiva da missão e libertação, a Teologia da Libertação numa perspectiva ameríndia, os novos desafios para o Cristianismo, dentre outros temas. Já no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo, será realizado entre os dias 7 e 11 de outubro, o Congresso Continental de Teologia. O objetivo do encontro é discutir a realidade atual, em especial na América Latina e Caribe, e o papel da Igreja no enfrentamento dos problemas sociais. A temática das conferências e oficinas tem como foco a teologia sob vários aspectos, como a renovação eclesial, a ecologia, a cultura, a questão de gêneros, a economia. A Fundação Ameríndia Continental e outras 11 entidades e instituições organizam o Congresso.

Padre Chicão lembra 25 anos de atentado no interior de Goiás

Aos 78 anos de idade e há cinco de volta à sua cidade natal, Carpi, na Itália, o padre Francesco Cavazzuti desembarcou em Goiânia (GO) no mês de agosto para participar das celebrações que lembram os 25 anos do atentado que o deixou cego dos dois olhos. O crime, ocorrido na noite do dia 27 de agosto de 1987, no município de Mossâmedes, a 150 quilômetros de Goiânia, na Região do Mato Grosso Goiano, entrou para a história do Estado como um dos marcos da luta pela reforma agrária. Muito lúcido e com as marcas da violência no rosto, o padre Chicão, como ficou conhecido nas paróquias por onde passou, é um brincalhão, mas ainda se emociona ao falar da experiência que viveu. Após o atentado ele se recuperou em São Paulo (SP) e na Itália, mas voltou para Mossâmedes, onde continuou como pároco até 2002. Durante sua visita a Goiás, padre Chicão também participou, no dia 13 de setembro, do lançamento do Livro-Agenda Latino-americana Mundial 2013, publicação que reúne textos de diversos autores e que nesta edição aborda o tema “A Outra Economia”.

ENCONTRO DAS CPT'S DO CERRADO

CPT em defesa dos povos do cerrado

PAULO CESAR MOREIRA SANTOS*

Convocados pelo grito da Terra e do Cerrado e pelo compromisso na defesa dos seus povos, diversos agentes da Comissão Pastoral da Terra dos nove estados brasileiros onde esse bioma compõe a sua natureza, estiveram reunidos em Goiânia durante os dias 29 a 31 de junho para aprofundarem o olhar sobre a realidade do Cerrado, partilhar as resistências e estratégias e buscarem uma efetiva articulação. A urgente situação de ruína do bioma ao qual se coloca em suspenso o seu próprio destino provoca e interpela para o engajamento e a intensificação de forças.

Nas aguerridas comunidades tradicionais e grupos indígenas e na ampla diversidade da fauna e flora que formam o Cerrado, muitos já em extinção, buscamos a poesia e a inspiração para abrir o Encontro e nos confrontarmos com a realidade cruel que ameaça e assassina a nossa diversidade biológica.

A partir de uma memória coletiva revivemos os desafios e encaminhamentos assumidos nos encontros passados sobre o Cerrado e partilhamos as experiências e trabalhos realizados pelas regiões presentes. Dentre esses, foi unânime a necessidade de fortalecer a luta pela aprovação da PEC 115, que objetiva tornar o Bioma Patrimônio Nacional da Humanidade e assim, garantir preservado o que ainda resta dele, contra todo o avanço do modelo mono-agro-exportador (soja, cana, eucalipto, gado).

O aprofundamento da temática contou com a contribuição imprescindível do professor da PUC Goiás, Altair Sales, que com propriedade iniciou expondo o Cerrado como “um conjunto de elementos interligados e cuja modificação influencia no todo, ou seja, um sistema biogeográfico.” Apresentou-nos, a partir dos seus estudos, a riqueza e complexidade que compõe esse bioma, como também a indiferen-

ça histórica das políticas dos governos brasileiros, submetidos aos ditames da economia, que esconde a face real da degradação ambiental no nosso território, exposto claramente nas palavras atuais da Ministra do Meio Ambiente (<http://amazonia.org.br/tag/izabella-teixeira/>, 01 de agosto de 2012), quando afirma estar impressionada com os dados do desmatamento na Amazônia. No entanto, afirmou Altair, ela não diz que o Cerrado aumentou em 80% a sua área desmatada. Pelas características dos solos do Cerrado, regiões planas, sem grandes obstáculos ao desenvolvimento da agricultura aliado às novas tecnologias, em praticamente todos os governos ele foi objeto de expansão da fronteira econômica, acrescentou o professor.

Afirmou ainda que dentro do Sistema Biogeográfico brasileiro, o Cerrado se apresenta como a mais antiga formação ambiental da história recente do planeta Terra, com 65 milhões de anos. São milhares de anos a mais, se comparado ao surgimento do ser humano (dois milhões de anos), a Mata Atlântica (sete mil anos de formação) e a Floresta Amazônica (três mil anos de formação).

Dessa forma, as pesquisas científicas afirmam que o Cerrado já atingiu o seu clímax evolutivo, ou seja, uma vez degradado o sistema já não se recupera mais, ao mesmo tempo, significa também que ele precisa, a partir da teia de complexidade adquirida na história, de condições especiais para se manter e reproduzir, como: solo específico, quebra de dormência, ambiente específico e outras características. Um exemplo dessa situação é o fenômeno típico do retorcimento das plantas, provocado



Foto: CPT Nacional

pelos solos frágeis e carentes de nutrientes, chamado de Escleromorfismo Oligotrópico.

O professor Altair salientou a gravidade do modelo agro-exportador baseado na utilização de agrotóxicos, uma vez que cada planta do Cerrado precisa de um inseto específico para ser polinizada e os produtos químicos eliminam esses insetos, causando sérias anomalias, como plantas que não dão frutos.

Com bastante ênfase expôs também a importância do Cerrado como o “Berço das águas”, característica atribuída ao fato de 1/3 das plantas ficarem fora da terra e 2/3 ficarem debaixo da terra servindo, assim, como uma esponja d’água. Esse fenômeno de retenção é a base formadora dos lençóis d’água e dos aquíferos, tendo três grandes no Cerrado: Bambuí, Uruçuaia e o Guarani. Com essas características, afirma o professor, “as águas que brotam do Cerrado são as responsáveis

pela alimentação e configuração das grandes bacias hidrográficas da América do Sul”.

Desse profundo diálogo deixamos emergir as nossas experiências coletivas de luta e resistência em prol do bioma e junto aos povos tradicionais, na busca de compreender os modos de vida, de convivência, como também as estratégias utilizadas no enfrentamento.

A partir das interpelações surgidas, sintetizamos as nossas reflexões em três compromissos principais, são eles: conhecer melhor a realidade do cerrado e formação da consciência crítica; prioridades: Terra, Território e Água; articulação. Nesse espírito buscaremos enquanto Pastoral da Terra, ampliar o nosso processo de ação e articulação frente a todo processo massivo de exploração ambiental, que põe o Cerrado e as suas populações no foco da ganância e do desrespeito à vida.

*Coordenador da CPT Mato Grosso

CONCÍLIO VATICANO II

Pobres, profetas e mulheres no Concílio

FLÁVIO LAZZARIN*

Neste segundo artigo dedicado à memória do Concílio Ecumênico Vaticano II, gostaria lembrar alguns eventos e documentos, que, sem dúvida, influenciaram a caminhada profética e martirial dos pobres e da Igreja da nossa Pátria Grande.

O Pacto das Catacumbas “da Igreja serve e pobre”

No dia 16 de novembro de 1965, quando o debate conciliar estava se encerrando, quarenta bispos que participavam do Concílio se reuniram nas Catacumbas de Santa Domitila para concelebrar a Eucaristia e no fim da celebração assinaram um documento que é conhecido como o Pacto das Catacumbas. O principal animador deste pequeno resto profético foi Dom Helder Câmara. Os bispos brasileiros que o assinaram foram Dom Antônio Fragoso, Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, Dom João Batista da Mota e Albuquerque, Pe. Luiz Gonzaga Fernandes sagrado bispo auxiliar de Vitória, dias depois, Dom Jorge Marcos de Oliveira, Dom Henrique Golland Trindade, Dom José Maria Pires. O grupo quis fazer um encontro reservado, longe dos holofotes da mídia, tanto é que a imprensa divulgou o evento somente três semanas depois. Porém, o impacto desta profecia

sobre a Igreja serve e pobre se dá, até hoje, apesar do refluxo conservador e da nossa infidelidade, nas Teologias da Libertação, na Conferência de Medellín e, sobretudo, no testemunho de leigas, leigos, religiosas, religiosos, padres e bispos da América Latina e do Caribe, que continuam, neste inverno eclesial, fiéis aos pobres de Deus e a Jesus de Nazaré, o Ressuscitado, fonte da nossa invencível esperança.

No documento de 13 pontos, os firmatários se comprometem a iniciar um processo de conversão, despojando-se de todos os símbolos e privilégios do poder eclesial, para viver na pobreza e pôr os pobres ao centro do serviço pastoral. O compromisso é também com uma Igreja sinodal e colegial: o Povo de Deus fraterno e aberto ao mundo e à sua história. “Aqui já se encontra -escreve Comblin- todo o espírito de Medellín”.

Este documento não ficou em palavras: Dom Helder, Dom Fragoso, Dom Leonidas Proaño, Dom Oscar Romero, Dom Henrique Angelelli, entre muitos outros, traduziram as inten-

ções do Pacto em suas vidas, marcadas pela fidelidade ao Deus dos pobres e pelo testemunho da pobreza evangélica e do martírio.

Mulheres no Concílio

Em 1964, Paulo VI anunciou que o Concílio abria as portas para a participação de 23 mulheres, como ouvintes. Dez religiosas e treze leigas, escolhidas pelos critérios de representação e competência. Os Padres conciliares interpretaram esta participação como algo meramente simbólico, mas se tornou extremamente significativa apesar de periférica e ocultada. Elas deixaram suas marcas nos documentos do Concílio.

A desocultação é o tema de um livro da teóloga italiana Adriana Valerio, publicado neste ano, que conta a história destas mulheres. Elas influenciaram, sobretudo, a *Lumen Gentium*, que se opõe a qualquer discriminação sexual, e a *Gaudium et Spes*, que apresenta uma antropologia unitária do ser humano, homem-mulher, e a igualdade dos dois. Conseguiram, na disputa dos discursos, que a afirmação da dignidade da pessoa humana não comportasse considerações específicas sobre o papel feminino, porque o Batismo destina mulheres e homens, pelo sacerdócio profético e régio dos fiéis, à mesma responsabilidade humana e pastoral. A intervenção delas mudou radicalmente a ideologia dos padres com relação à sexualidade conjugal, não mais considerada como ‘antídoto à concupiscência’, mas sim como expressão de amor. E as religiosas insistiram na necessidade das congregações se abrirem para respon-

der aos desafios da justiça, da paz e da liberdade, reforçando a centralidade teológica e pastoral dos pobres.

Foi, com certeza, o começo da primavera. Mas, já no Concílio e no imediato pós-concílio, apareceram as reticências, omissões e censuras. Existem temas que a Igreja Católica tem medo de enfrentar e sobre os quais pairam proibições e inquisições. A questão de gênero, por exemplo, continua marcada por assimetrias e discriminações.

E para apontar sonhos e caminhos nestes tempos de invernos e Esperança, deixo a conclusão com Nancy Cardoso:

“Nos recusamos a continuar pensando o sagrado a partir dos parâmetros patriarcais e mais que isso, denunciaremos a teologia feita até aqui como idolátrica uma vez que incorpora o macho e seus atributos como extensão do divino.

A Teologia da Libertação ainda não denunciou o que nela mesma é patriarcalismo e fetichismo do macho: nem a nível metodológico nem nos desdobramentos eclesiológicos que ainda asseguram o privilégio masculino ao saber e administração do sagrado. Nossas teologias têm cheiro de corpo ... As teologias feministas insistem que a mediação sócio-analítica não pode se esgotar no “pobre” como generalidade e insiste em apontar o corpo como ponto de mediação hermenêutica.

O corpo cheira, é contextualizado, datado, situado. Mais que isto, o corpo é sexuado. Raça e gênero não são portanto mero apetrecho decorativo da reflexão mas, na interação com o corte socioeconômico circunscrevem as condições objetivas e subjetivas aonde a interpretação e a formulação do discurso e prática do sagrado acontecem”.



ARTIGO

Entre a excrescência jurídica e a ditadura ruralista

ANTÔNIO CANUTO*

As eleições municipais deste ano transcorrem dentro da moldura do julgamento do chamado “mensalão” e da CPMI do Cachoeira. Em relação ao “mensalão” duas grandes evidências jorram deste caso.

A primeira é de que a elite brasileira e seus porta-vozes, os grandes meios de comunicação, já condenaram os envolvidos neste “escândalo”. Já fizeram seu prejulgamento condenatório e usam de todo o seu poder para que o veredito dos ministros do STF se conforme ao seu. O escândalo é apresentado como o maior de todos os tempos. Isso até pode ter aparência de verdade porque outros escândalos, tão ou mais escabrosos do que esse, quando envolvem pessoas e grupos que se afinam com seus interesses não merecem o mesmo destaque.

A segunda evidência é a de que o PT, para assumir o poder, abandonou os princípios que nortearam seu nascimento. Em nome da chamada “governabilidade” jogou no lixo a ética tão fortemente desfraldada como sua bandeira, e a defesa intransigente dos interesses populares.

Outro elemento da moldura das eleições municipais deste ano é a CPMI do Cachoeira. Cada vez ficam mais evidentes o enlace de políticos proeminentes e de setores dos meios de comunicação, em especial a revista *Veja*, com o contraventor. A grande imprensa que controla um bloco parlamentar impressionante está conseguindo impor blindagens para que diretor e jornalista envolvidos no caso não sejam convocados. Com o discurso de “liberdade de imprensa”, o que defendem são seus próprios interesses e os do capital. Ao mesmo tempo, continuam ocultando históricas reivindicações populares. Aliás, estas sempre apresentadas como ameaças à ordem vigente e às instituições do país.



Ilustração: Latuff

Excrescência Jurídica

Enquanto a mídia entretinha a atenção dos brasileiros com as matérias acima, a Advocacia Geral da União, (AGU) publicava, no dia 17 de julho, a Portaria 303, regulamentando a atuação de advogados e procuradores em processos judiciais que envolvem áreas indígenas em todo o país.

A portaria, na prática, coloca em vigor as 19 condicionantes explicitadas pelo falecido ministro Menezes Direito no julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. O Advogado Geral da União, Luiz Inácio Adams, que a assinou, certamente, não imaginava que desencadearia reações tão grandes, em todos os cantos do Brasil, que partem, sobretudo, dos indígenas e de seus aliados. Foram inúmeras notas de protesto, bloqueio de estradas e outras manifestações. Não se atreveu enfrentar um grupo de indígenas do Tocantins e de Goiás que queriam se encontrar cara a cara com ele.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), no mesmo dia da

publicação da portaria, emitiu Nota de Repúdio em que a qualifica como “excrescência jurídica”. Dizia a nota: “O Governo Federal manipula, escandalosamente, a decisão do Supremo Tribunal Federal... mais uma vez, ‘dobra os joelhos’ e, rezando a cartilha do capital ditada pelo agronegócio, tenta pôr uma ‘pá de cal’ sobre o artigo 231 da Carta Magna de nosso país. Trata-se de mais um ato de profundo desrespeito e afronta aos povos indígenas e seus direitos constitucionalmente garantidos”.

A ditadura ruralista

Em meio aos ruídos do mensalão e da CPMI, outra barbaridade. A comissão especial do Congresso que analisa a medida provisória do Código Florestal aprovou, em 8 de agosto, uma emenda que retira a área de proteção ambiental das margens de rios intermitentes.

Sobre essa decisão, nosso companheiro Roberto Malvezzi, o Gogó, escreveu o artigo “Ditadura ruralista e os rios intermitentes”. Ele lembra

que nas épocas de seca no Nordeste, quando se avista “um conjunto de árvores verdes, é porque elas devem estar à beira de um riacho intermitente. No cerrado essa vegetação também é chamada de mata de galeria”. E continua: “O próprio povo do sertão aprendeu a fazer cacimbas - pontos de coleta de água de minação - no leito dos riachos temporários. Eles só ‘botam água’, como diz o povo, quando chove. Mas, mesmo intermitentes, é em seus subsolos que muitas vezes se busca água em tempos de seca”. Ele diz que foi representar a sociedade civil numa oficina do Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre a questão da outorga da água nos rios intermitentes. “Decidimos o óbvio: ‘outorga só para coleta de água, jamais para lançamento de dejetos’. É que nesses rios estão importantes mananciais de abastecimento das populações do semiárido. Pois bem, a ditadura ruralista imposta ao povo brasileiro pela Câmara dos Deputados, quer eliminar qualquer proteção aos rios intermitentes. A proposta é defendida pela senadora Kátia Abreu que afirmou, em toda sua ignorância, que ‘se precisasse dessa matas, na Europa não haveria mais rios’... O senador do Acre, Jorge Viana, reagiu dizendo que isso é prejudicar 50% dos rios brasileiros. O senador deveria saber que no Nordeste 99,99% dos nossos rios são intermitentes, à exceção do São Francisco, Parnaíba e alguns outros rios menores. Assim, sem interferência do mundo científico, desprezando as seguidas advertências dos técnicos da Agência Nacional de Águas (ANA), contra a vontade de 80% do povo brasileiro, a bancada ruralista, numa ditadura via Congresso, fulmina nossas florestas, nossos rios e promove o solapo das bases naturais que sustentam nossas riquezas.”

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

CONFLITOS

CPT publica diagnóstico sobre as situações de ameaças de morte contra trabalhadores e trabalhadoras rurais do sul e sudeste do Pará

CRISTIANE PASSOS*

Na segunda semana de agosto, a Comissão Pastoral da Terra do Pará tornou público um diagnóstico sobre a situação de lideranças e trabalhadores (as) rurais ameaçados (as) de morte na região sul e sudeste do estado. O levantamento foi realizado durante o período de janeiro a junho de 2012 e constatou a existência de 38 pessoas ameaçadas nas duas regiões. Já foram protocolados cópias do diagnóstico no Ministério Público Federal, Delegacia de Conflitos Agrários, IBAMA, Ministério Público do Trabalho, Justiça do Trabalho entre outras instituições.

No documento, a CPT além de refletir sobre alguns elementos da conjuntura atual da reforma agrária, fez, em cada caso de ameaça, uma breve descrição do conflito e das medidas que estão sendo tomadas ou não pelas autoridades competentes. Além disso, o relatório aponta a situação em que se encontra cada pessoa ameaçada.

O desmonte da reforma agrária, impunidade, ineficiência na defesa do meio ambiente são umas das questões apresentadas no documento, como sendo as causas estruturais das ameaças. No final, a CPT elenca uma série de recomendações às principais instituições públicas envolvidas direta e indiretamente, na proteção dos trabalhadores (as), do meio ambiente e da garantia do estado de direito, como DECA, INCRA, MPF, MPT, JT, MPE, IBAMA, entre outros.

Entre as lideranças que aparecem no diagnóstico estão trabalhadores (as) rurais, lideranças comunitárias, assentados, extrativistas e acampados, ligados ao MST, FETRAF e FETAGRI, como é o caso de Laísa e Zé Rondon

(Nova Ipixuna), Joacir Fran (Conceição do Araguaia), José Rodrigues de Souza (São Félix do Xingu) e Domingos Alves da Silva (Breu Branco).

A dura realidade do sul e sudeste do Pará

Nessa parte da Amazônia, diversas ameaças de morte feitas por grandes proprietários de terras, madeiros e carvoeiros foram cumpridas. O documento cita algumas das mortes anunciadas, como as de José Dutra da Costa, o Dezinho, Pedro Laurindo, José Pinheiro Lima, José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva. Todos já haviam informado às autoridades as ameaças que sofriam.

Só no estado do Pará, entre 1996 e 2010, segundo os dados da CPT, 799 trabalhadores rurais foram presos, 809 foram ameaçados de morte e 231 assassinados. Nesse mesmo período um total de 31.519 famílias foram despejadas ou expulsas de 459 áreas que eram reivindicadas para assentamentos da reforma agrária. Em 2011, 39 trabalhadores rurais foram presos nesse estado, 133 foram agredidos, 78 foram ameaçados de morte e 06 sofreram tentativas de assassinato. Nesse mesmo ano, 12 trabalhadores rurais foram assassinados, sendo que 10 destes moravam e desenvolviam as suas atividades agrícolas e sociais no sul e sudeste paraense.

Hoje, nessa região do estado, existem cerca de 130 fazendas ocupadas por, aproximadamente, 25 mil famílias de trabalhadores rurais sem terras, abrangendo uma área superior a um milhão de hectares. Estas famílias esperam, desde meados dos anos de 1990, para serem assentadas em



Foto: João Zinclar

lotes da reforma agrária. Nos últimos anos, milhares de migrantes continuavam chegando à região em busca de trabalho e de melhores condições de vida, atraídos pelas propagandas governamentais e do setor de mineração. Na medida em que não conseguem ser absorvidos pelo mercado de trabalho, estes são “empurrados” para novas ocupações urbanas ou rurais, submetidos a situações de grande exclusão e violência. Assim, na medida em que os conflitos pela terra persistirem, a tendência é a continuidade da violência contra os trabalhadores rurais. Onde os conflitos não são resolvidos pelos poderes públicos e a impunidade permanece, os trabalhadores rurais e lideranças de áreas de ocupações e de acampamentos continuam vivendo em situação de vulnerabilidade e correndo sérios riscos.

Segundo José Batista Afonso, advogado da CPT em Marabá, “sobre a realidade dos(as) ameaçados(as), os representantes do poder público, não poderão mais alegar que ‘não sabiam’,

‘não foram informados’ e serão cobrados se adotaram ou não as medidas necessárias para o enfrentamento das causas da ameaça, indicadas a cada instituição no final do relatório”.

As informações apresentadas no documento são resultado do levantamento que as equipes da CPT do sul e sudeste do Pará conseguiram reunir a partir de seu trabalho junto aos trabalhadores rurais e suas lideranças ameaçadas de morte ou em situação de risco, de diversos acampamentos de famílias sem terra e de Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

A soltura do fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão no mês de agosto último, condenado por ter ordenado o assassinato da missionária Dorothy Stang, em 2005, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é mais um exemplo da impunidade que acaba por impulsionar mais e mais crimes e violência no campo brasileiro.

Movidos pela fé e esperança por uma terra mais justa, camponeses realizam Romaria

MARÍLIA ALMEIDA*

Aumento nos índices de desmatamento da Amazônia Legal, usinas hidrelétricas suprimindo a natureza e os direitos dos povos, um novo Código Florestal que atende aos interesses do agronegócio e de sua bancada ruralista, assassinatos de camponeses, trabalho escravo, violação dos direitos humanos de indígenas e quilombolas, ameaças e intimidações. De fato, a caminhada ainda é longa e a luta dos povos da terra não pode parar. É por isso que em 2012 as Romarias continuaram fortes, agregando milhares de trabalhadores e trabalhadoras por diversas cidades do país na esperança pela justiça social.

No Rio Grande do Sul, em 21 de fevereiro deste ano, mais de 15 mil pessoas marcharam pelas ruas do município de Santo Cristo, diocese de Santo Ângelo, em sua 35ª Romaria da Terra. Conduzidos pelo lema “Agricultura Familiar Camponesa: Vida com saúde”, eles defenderam a produção familiar e a urgência de políticas públicas que auxiliem os pequenos produtores. Denunciaram também os prejuízos causados pelo uso de agrotóxicos tanto à vida humana quanto à natureza, e questionaram a construção de barragens hidrelétricas.

A Romaria teve a presença de bispos, padres e fiéis de diferentes igrejas cristãs e também do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Dom Guilherme Werlang, bispo da Diocese

de Ipameri (GO) e presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi o pregador da Romaria e em sua fala condenou o latifúndio, que expulsa o trabalhador do campo e destrói a natureza.

No dia 21 de abril, o município de Quixeré (CE), na Chapada do Apodi, recebeu a 2ª Romaria do Tomé, uma celebração à vida de Zé Maria, líder comunitário e defensor do meio ambiente assassinado com 20 tiros de pistola no ano de 2010. Percorrendo o trajeto entre o local de sua execução e a capela da comunidade de Tomé, onde foi realizada a Eucaristia, os participantes procuraram também dar continuidade às denúncias de Zé Maria, que nunca se conformou

com as condições indignas de trabalho e o uso abusivo de agrotóxico, realidade ainda presente na comunidade de Tomé. A Romaria foi organizada pelo Movimento 21, articulação criada após o martírio de Zé Maria que reúne vários movimentos, pastorais sociais, universidades, sindicatos, dentre outras instituições.

Já em Minas Gerais, cerca de dez mil romeiros e romeiras de todo o Estado se encontraram em Governador Valadares, no dia 10 de junho, às margens do rio Doce e aos pés do pico da Ibituruna, para a 16ª Romaria das Águas e da Terra e 2ª Romaria Diocesana. “Das montanhas e vales férteis, brote o compromisso com a vida e a saúde de seus povos”, com esse lema eles caminharam e refletiram sobre a mercantilização da natureza e suas consequências, como a existência de latifúndios totalmente dedicados à monocultura enquanto a agricultura familiar não encontra solo para plantar, a invasão dos territórios das comunidades tradicionais e a escassez de água de qualidade para a população, enquanto não falta água para a irrigação de grandes plantações.

Os romeiros seguiram em uma marcha de quatro quilômetros pelas margens do rio Doce e assistiram o encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida, trazida de barco pelas mãos dos pescadores, com a imagem de São Francisco de Assis. Após a celebração eucarística presidida pelo bispo de Governador Valadares, Dom Werner Siebenbrock, com a presença de Dom Aloísio Vitral, de Teófilo Otoni (MG), foram distribuídos brotos de mandioca

Foto: CPT Paraná



TERRA E DA ÁGUA

Romaria em uma sociedade primárias por diversas cidades do país



Foto: CPT São Paulo



Foto: CPT São Paulo

para simbolizar a resistência do camponês.

No município baiano de Bom Jesus da Lapa, “Terra saudável, vida saudável” foi a temática central da 35ª Romaria da Terra e das Águas, realizada entre os dias 6 e 8 de julho. Unidas à CPT, as dioceses de Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Irecê, além da arquidiocese de Vitória da Conquista e do Santuário do Bom Jesus, caminharam pelas ruas da cidade e debateram a realidade da política agrária brasileira, que privilegia o agronegócio e assiste calada a grilagem de terras, a invasão de territórios tradicionais, o trabalho escravo, a destruição do solo nacional com a expansão das monoculturas e a poluição causada pelo uso de agrotóxicos.

No Estado do Pará, a vida da Irmã Dorothy Stang foi novamente celebrada durante a Romaria da Floresta, que neste ano alcançou sua sétima edição. Realizada entre os dias 19 e 22 de julho, a Romaria teve início no local onde a missionária foi sepultada e mais uma vez percorreu os 55 quilômetros

até o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, terra que simboliza a realização de seu sonho e o fim de sua vida, onde foi brutalmente assassinada em 2005.

No dia 19 de agosto, o município de Mandirituba (PR) também recebeu a manifestação de força e esperança dos povos da terra e do campo durante a 26ª Romaria da Terra do Paraná. O tema “Diversidade camponesa cuida da terra, promove a vida” é um convite à reflexão sobre o papel da agricultura familiar na preservação de matas e rios, no uso sustentável da terra e na segurança alimentar de todos. No momento da mística, uma cruz foi plantada em frente à Igreja de Mandirituba. A Cruz da Contradição era formada por um tronco de cedro, que representava a vida, e por um tronco de eucalipto e pinos, que representava a violência do latifúndio contra os pequenos agricultores, a morte. A lembrança da missão profética de Dom Ladislau, presidente da CPT falecido em fevereiro deste ano, acompanhou os fiéis durante a Romaria.

O mês de agosto trouxe outra romaria à Bahia, desta vez na diocese de Itabuna, na Aldeia Serra do Padeiro, em Buerarema (BA), no dia 26. Além da marcha e dos momentos eucarísticos, a 7ª Romaria da Terra e das Águas sem Males trouxe em sua programação seis oficinas que discutiram os temas “Juventude: Ecologia e Vida”, “Mulher e Natureza: fontes de saúde e vida”, “Projetos desenvolvimentistas que agridem as comunidades”, “Tribunal Popular do Judiciário: uma experiência exitosa”, “Justiça e profecia a serviço da vida” e “Campanha da Fraternidade 2012: fontes de saúde”. Com o tema “Terra e água sem males, fontes de saúde estão sendo agredidas”, os romeiros debateram sobre o futuro do planeta diante dos impactos causados pelo crescimento econômico desenfreado, ganância que passa por cima de tudo e todos.

Também no dia 26 de agosto, no município paulista de Bauru, acontecia a 14ª Romaria da Terra e das Águas do Estado de São Paulo. O palco da celebração foi o Assentamento do Horto

Aymorés (Gleba 1), terra grilada pela qual trabalhadores e trabalhadoras rurais batalharam durante oito anos. A propriedade de 11 mil hectares pertencia ao Estado brasileiro e encontrava-se arrendada de forma ilegal a um latifundiário produtor de celulose. O tema da Romaria, “Direito, Dignidade e Vida, em busca da sociedade do Bem Viver” é também um alerta de que a luta não acaba com a conquista da terra. Hoje, cinco anos após o recebimento dos primeiros lotes, muitas das 373 famílias que lá vivem ainda sofrem com a escassez de água e não têm acesso aos serviços públicos disponíveis somente na cidade, pois a ponte que atravessaria o rio Bauru nunca foi construída.

São as vozes das Romarias denunciando ao mundo as injustiças vivenciadas diariamente pelos camponeses, a desigualdade que se faz cada vez mais presente e a violência física e simbólica que tenta os calar. São os passos destes milhares de trabalhadores e trabalhadoras, jovens e crianças, que carregam as terras, as águas, os sonhos e a luta dos acampados, dos assentados, do pequeno produtor, das comunidades tradicionais, dos atingidos pelas barragens, dos ameaçados de morte e de tantos outros, e mostram que a batalha travada por aqueles que já tombaram não foi em vão e que a marcha não vai parar.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CÚPULA DOS POVOS

Cúpula dos Povos destaca ação da Vale no mundo

CRISTIANE PASSOS*

No dia 19 de junho, dentre as diversas atividades da Cúpula dos Povos, realizada no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, de 15 a 23 de junho, em paralelo às atividades oficiais da Rio + 20, uma marcha estava programada no centro da capital fluminense para marcar o final do Encontro Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale.

Coincidência ou não, essa foi a única marcha, das cinco que foram realizadas ao longo da Cúpula, que quase não aconteceu por causa da ação da polícia, que tentou impedi-la. Depois de um processo de negociação os manifestantes conseguiram dar continuidade ao ato. Participaram dele por volta de três mil pessoas dos movimentos sociais da Via Campesina, Marcha Mundial das Mulheres, entre outros. A ação foi coordenada pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. A Vale foi escolhida como alvo simbólico para representar as grandes corporações internacionais, cujas práticas desrespeitam os trabalhadores, degradam o meio ambiente e roubam dos povos o controle sobre seus territórios.

“A Vale usa a mesma estratégia em todos os países do mundo. Em Moçambique, são 1365 famílias sofrendo repressão desde 2004, a Vale viola os direitos dos trabalhadores, não dando condições de segurança e higiene e já controla todo o território centro-norte de Moçambique, através da construção de uma linha férrea”, denunciou Jeremias Vunjanhe, militante da ONG Justiça Ambiental, que havia sido impedido de entrar no Brasil, na semana anterior, para participar do Encontro.

Além dos problemas sociais, os manifestantes focaram os impactos ambientais da empresa. “Estamos aqui, também, com um relatório de insustentabilidade, fruto de um ano de pesquisa e trabalho de aprofundamento, para desmontar as declarações que



Foto: João Zinclar

a própria empresa faz no relatório de sustentabilidade dela”, afirmou o padre Dário Bossi, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Bossi citou como exemplos desse impacto a construção da usina siderúrgica TKCSA, cuja poluição foi demonstrada por estudos, e que está sob intervenção do Ministério Público, e a duplicação da ferrovia de Carajás, no norte do país, que ameaça dobrar os impactos já existentes da mineração na Amazônia.

Adelaide, do Movimento Xingu Vivo para Sempre, relatou o processo de privatização da Amazônia impulsionada pela construção da usina de Belo Monte, cujo consórcio construtor conta com a presença da Vale. Já Moisés, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), denunciou o processo de criminalização do povo que luta contra as grandes empresas.

Durante o ato, foi projetado um vídeo na parede do prédio da empresa, com imagens de denúncia dos problemas causados pelas transnacionais. Os manifestantes também atiraram tinta vermelha contra o prédio, para simbolizar o rastro de sangue deixado pela Vale, e por todas as grandes corpora-

ções, nos territórios que atingem. A Vale, que está presente em 38 países na América, África e Ásia, foi eleita a pior empresa do mundo, por voto popular, no prêmio Public Eye Award.

A Cúpula dos Povos e a Igreja

Em entrevista ao Pastoral da Terra, o monge Marcelo Barros, destacou a importância da participação dos movimentos sociais na Cúpula dos Povos, e como pode se dar a contribuição das igrejas no processo de luta contra a chamada economia verde:

Pastoral da Terra – Marcelo, gostaríamos que você falasse um pouco o que representa a organizações dos movimentos sociais nesse espaço da Cúpula dos Povos, para se contrapor à realização da Rio + 20?

Marcelo Barros - Eu acredito que a Rio + 20 tem um vício fundamental de querer resolver o problema da Terra e da vida no planeta, todos os problemas da sustentabilidade, a partir do capitalismo e da conveniência das grandes empresas multinacionais que dominam os governos. Quando o

presidente Lula ia ser eleito em 2006, o grande investidor mundial grego, George Soros, afirmou que pouco importava quem seria o presidente do Brasil, porque para eles, os ricos, o que importa é quem viria a ser o presidente do Banco Central. Quer dizer que é a economia que manda no governo, isso faz com que eles fiquem isolados no seu mundinho. Não seríamos nós que deveríamos ir lá no Rio Centro, onde está havendo a Rio + 20, eles é que deveriam estar aqui. Os povos que deveriam organizar essa reunião e eles, os presidentes, deveriam vir até aqui. Nesse sentido, a Via Campesina e todos os movimentos sociais que aqui estão na Cúpula dos Povos, representam uma profecia, um grito novo pela vida, e mostram que estão priorizando as bases para essa mudança no mundo. Eles que vão fazer as verdadeiras mudanças para o mundo.

P. T – E o que você acha que as igrejas podem fazer para contribuir nessa proposta que está saindo daqui do espaço da Cúpula, por uma verdadeira preservação e convivência com o meio ambiente e contra a chamada economia verde?

M. B. - Infelizmente as igrejas cristãs não expressam ainda fortemente uma consciência ecológica e militante. É preciso que pouco a pouco, a partir das bases, portanto, não a partir das cúpulas das igrejas, mas das comunidades eclesiais de base, das pastorais sociais, como a Pastoral da Terra, CPT, o CIMI, a Pastoral Operária, e, enfim, todas elas, nós conseguiremos, sim, essa articulação... como faz a semana social brasileira, que vai discutir o papel do estado e um Brasil mais sustentável, dessa forma as Igrejas conseguirão contribuir para a construção de um país mais sustentável.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT. (Com informações do coletivo de comunicação da Cúpula dos Povos)

ARTIGO

A conquista do direito no dia do direito: A Formatura da turma Evandro Lins e Silva

OSÉ DO CARMO ALVES
SIQUEIRA*

Desde 11 de agosto de 2012, é preciso proclamar que se tornou mais justo e legítimo comemorar o Dia do Direito nesta data. Nesta data, a Universidade Federal de Goiás – UFG, por seu reitor, o Prof. Edward Madureira Brasil, outorgou o grau de Bacharel em Direito a 54 estudantes oriundos do campo, vinculados a assentamentos da reforma agrária e à agricultura familiar do Brasil. É uma vitória da luta pela conquista da efetividade do direito à Educação. A emoção dominou as pessoas naquele dia, à margem esquerda do Rio Vermelho, sob um céu com vontade de chover e em meio a um vento persistente, que soprava forte, como que a levar a notícia ao mundo: estavam nascendo bacharéis e bacharelas novos!

De várias partes do Brasil chegaram os estudantes com seus familiares e amigos, dirigentes dos Movimentos Sociais do Campo e de entidades de apoio, além de religiosos e de autoridades da República. Servidores e Professores da UFG, de modo muito carinhoso, participaram daquele momento. Era dia de se comemorar, numa solenidade acadêmica e popular, para ficar registrada na memória dos Povos. Era uma luta vitoriosa começada sete anos atrás. A Turma homenageou o bispo Dom Tomás Balduino, como seu Patrono, e como Paraninfo o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, representado na Solenidade por Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

Este foi um projeto pioneiro, inserido na Política de Educação do País, vinculado, parcialmente, ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A criação dessa Turma Especial de Graduação em Direito



Foto: CPT Nacional

para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares Tradicionais entrou na UFG pela porta da Faculdade de Direito, a partir de demanda dos Movimentos Sociais do Campo, especialmente da Via Campesina e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. A Faculdade de Direito considerou a proposta um grande e necessário desafio, o de atender uma categoria social que demanda educação, como direito garantido pela Constituição Federal, nos seus artigos 6º e 206. O curso contou com a fundamental participação do Ministério da Educação – MEC, por sua Secretaria de Educação Superior – SESU.

Mais de 630 (seiscentas e trinta) pessoas se inscreveram no vestibular para disputar as apenas 60 vagas (mesmo número de vagas dos Cursos regulares de Direito da UFG, em Goiânia, Cidade de Goiás e Jataí). Durante o período houve somente quatro desistências. Esta Turma de Direito foi oferecida pela UFG, no Campus Cidade de Goiás (CCG), onde nasceu o sexto Curso de Direito criado no Brasil, e reuniu estudantes oriundos de 19 estados do país. Os estudantes vinham dos seus assentamentos ou de suas pequenas propriedades rurais e, durante

três meses, permaneciam na Cidade de Goiás durante cada um dos dez semestres em que se desenvolveu o processo de formação acadêmica. O curso foi em regime integral, com aulas nos turnos matutino e noturno e, em certas ocasiões, à tarde.

A experiência desta Turma foi muito visada e atacada, inclusive, por integrantes do Ministério Público Federal e pelo juiz de primeiro grau da Justiça Federal que sentenciou pelo encerramento do curso. A continuidade das atividades foi assegurada por uma decisão do Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, que determinou a Suspensão de Execução da Sentença, o que possibilitou a conclusão do curso. No dia 24 de agosto de 2012, 13 dias após a Colação de Grau, ocorreu o julgamento do mérito das Apelações da UFG, INCRA e de dois estudantes. A Turma julgadora, por unanimidade, deu ganho de causa aos que apelaram.

A UFG, desde seu Conselho Universitário e demais colegiados decisórios, sua Reitoria, até sua Equipe de Servidores e Professores do CCG esteve imbuída da vontade de concluir esta experiência pioneira, acreditando que

este projeto deve se tornar permanente. O processo de avaliação dos cursistas tem sido contínuo, porém só será completo quando, os bacharéis e bacharelas ingressarem no mundo do trabalho ou em programas de pós-graduação. Mas, já há um indicador interessante que revela o grande potencial desta Turma. Ainda antes de concluírem o curso, 12 estudantes foram aprovados no Exame de Ordem (uma prova realizada em duas etapas e unificada nacionalmente), uma amostra clara de que esse Curso de Direito proporcionou um processo de formação de qualidade. No dia 21 de agosto, Ivo Lourenço da Silva Oliveira e João Denes Ferraz tornaram-se os dois primeiros Advogados da Turma, ao receberem a Carteira Profissional da Ordem dos Advogados do Brasil.

O compromisso pedagógico e de luta político-acadêmica com esta Turma exigiu muita clareza política do que ela efetivamente representa, inclusive, para que a formação em outras áreas do conhecimento, não apenas em Direito, possam ser conquistadas no Brasil.

* coordenou a Turma Especial de Graduação em Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares Tradicionais – Turma Evandro Lins e Silva.

AÇÕES DOS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Seminário reúne pastorais e movimentos sociais na preparação para a 5ª Semana Social Brasileira

“Estado para quê e para quem?”. A resposta a esta pergunta é a busca dos envolvidos na 5ª Semana Social Brasileira (SSB), promovida pela CNBB e movimentos sociais. O evento celebrativo nacional será em 2013, mas o debate da SSB já está acontecendo em muitas dioceses e paróquias de todo o país.

ALEXÂNIA ROSSATO*

Entre os dias 21 e 23 de agosto, a coordenação das pastorais sociais, organismos e movimentos sociais, realizaram um seminário sobre a temática da 5ª SSB, em Brasília (DF). Além de um estudo mais aprofundado do tema, foram realizados encaminhamentos quanto à continuidade das atividades nacionais.

“Foi muito importante para perceber quais os ganhos até aqui, avaliar e encaminhar os próximos passos, como também começar a coletar as sistematizações que

devem chegar dos regionais, das dioceses, das pastorais sociais e dos movimentos sociais do Brasil”, disse dom Guilherme Werlang, presidente da Comissão 8 da CNBB.

O evento também serviu para apontar os desafios e fortalecer a articulação entre as pastorais sociais e organismos da CNBB, em vista da visibilidade das ações realizadas. “Este momento de reflexão é importante porque historicamente as pastorais sociais e movimentos sociais no Brasil fazem uma caminhada unida pautando lutas e desafios comuns para uma melhoria das condições de vida do povo, por isso é

importante retomar esse processo”, afirmou padre Ari dos Reis, coordenador das Pastorais Sociais.

Durante o seminário, os participantes analisaram os dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), que mostram o Brasil como o quarto país mais desigual da América Latina. Na pesquisa, o Brasil perde apenas para Guatemala, Honduras e Colômbia, e revela também que um quarto dos pobres do continente vivem em terras brasileiras. Na avaliação, dom Guilherme provocou uma questão aos presentes: “Este é o Estado que queremos?”.

Iniciadas em 1991, as Semanas Sociais já fazem parte da agenda de discussões sociais do Brasil. Reunindo religiões, pastorais e movimentos sociais, a Semana é promovida em vários países no mundo com diferentes dinâmicas. Desta vez será realizada com o objetivo de fazer pensar e sugerir mudanças em um processo de trabalho que pretende, em longo prazo, educar para os direitos da sociedade democrática.

**do Setor de Comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)*

Encontro destaca importância da união dos movimentos na luta pela Reforma Agrária

Mais de sete mil pessoas de todo o país se encontraram em Brasília (DF) de 20 a 22 de agosto para o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Além de reforçar a importância da união dos diferentes movimentos e entidades na discussão da propriedade da terra no Brasil, o Encontro também teve o objetivo de pressionar o governo federal pela retomada da Reforma Agrária e pelo fim de sua evidente aliança com o agronegócio. Os três dias de integração entre os povos foram marcados por celebrações, apresentações artísticas e vários debates, sempre tendo como foco a cultura camponesa e a urgência da mudança do modelo de desenvolvimento do país. Em carta enviada aos participantes do Encontro, Dom Tomás Balduino, bispo emérito de Goiás e conselheiro permanente da CPT, lamentou não poder estar presente e destacou a importância desta mobilização “visto que o adversário instalado no empresariado rural e na bancada ruralista do Congresso quer, a todo custo, enfraquecer vocês pela desunião e pelo isolamento”.

O Encontro se remete ao I Congresso Nacional Camponês, organizado em 1961, no auge da atuação das Ligas Camponesas. Naquela ocasião, também foram reu-

nidas, em Belo Horizonte (MG), as principais organizações políticas que atuavam no campo. Na avaliação dos movimentos, apesar do fortalecimento do agronegócio na última década, somente agora foi possível reunir forças para uma ação conjunta entre diferentes entidades. “O dito projeto popular do último governo deixou encantados muitos companheiros e agora esse encantamento está sendo quebrado. Está muito claro que esse governo tem lado”, acrescentou Rosângela, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Manifestação reúne milhares de trabalhadores no Palácio do Planalto

No dia 21, milhares de participantes marcharam do Parque da Cidade, onde foi realizado o Encontro Unitário, até o Palácio do Planalto em luta contra a concentração de terra nas mãos de poucos grandes proprietários e por um modelo de produção que privilegie a produção agroecológica e a agricultura familiar. Em reunião realizada após a marcha, trabalhadoras representantes de diversos movimentos entregaram a Declaração Final do Encontro Unitário ao



Foto: Ruy Sposat

ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

O documento não poupa críticas ao atual modelo de desenvolvimento do meio rural, centrado no agronegócio. “Nós estamos construindo a unidade em resposta aos desafios da desigualdade na distribuição da terra. Como nos anos 60, esta desigualdade se mantém inalterada, havendo um aprofundamento dos riscos econômicos, sociais, culturais e ambientais, em consequência da

especialização primária da economia”, diz um trecho da Declaração Final. Em outra parte, o texto sintetiza as principais contradições do setor: “este projeto, na sua essência, produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultrapredatória da natureza”.

**com informações do blog do Encontro Unitário e da agência Brasil de Fato.*

Paraguai: um golpe sulamericano

CLAUDIA KOROL*

No dia 22 de junho, depois de um processo de impeachment relâmpago, o parlamento paraguaio destituiu o presidente Fernando Lugo, dez meses antes de acabar seu mandato e, coincidentemente, alguns dias antes de completarem três anos do golpe de estado em Honduras. O senado paraguaio deu menos de um dia ao presidente Lugo para exercer seu direito de defesa quando, segundo a legislação do país, em casos como esse qualquer cidadão tem direito há cinco dias para apresentar sua defesa. Tomaram a decisão e nem mesmo deram ouvidos aos chanceleres da Unasul, que foram até o Paraguai na tentativa de evitar um novo golpe de estado na América Latina.

Este novo momento vivido pelo Paraguai é um sinal da contraofensiva que as forças de direita vêm desenvolvendo no continente. Há que se recordar que na última década do século XXI, houve várias tentativas de golpes de estado na América Latina, com diferentes consequências: Venezuela (2002), Haiti (2004), Bolívia (2008), Honduras (2009), Equador (2010) e agora Paraguai.

É necessário então analisar o Paraguai como peça-chave no continente. Dizia o coordenador geral da Frente Guasú, Ricardo Canese, em entrevista para o Punto Final (Chile): “Atrás do golpe estão as cúpulas partidárias e estruturas parlamentares unidas ao latifúndio, às terras devolutas. Porque em nosso país temos ainda – que vem da ditadura de Stroessner – mais de oito milhões de hectares roubados, em mãos de grileiros. Há uma máfia unida ao narcotráfico, ao agronegócio, e, óbvio, às multinacionais que querem roubar nossa energia elétrica. Este é o caso

da empresa Rio Tinto Alcan (empresa mineira canadense), que pleiteava um subsídio enorme, que conseguimos impedir que lhes fossem oferecido. Justamente um ministro liberal, que está



Foto: João Zinclar

com este governo golpista, tentava que a esta empresa se subsidiasse a energia elétrica. Era uma quantidade absurda de quatorze bilhões de dólares. Também Monsanto e outras multinacionais

tiveram duros embates com o nosso governo, pois ele tentou fazer cumprir legislações de proteção das pessoas e do meio ambiente. Se não pudemos fazer cumprir mais, é porque o Poder Judiciário está nas mãos destas multinacionais, fiéis a elas. E claro, os EUA queriam desestabilizar o Mercosul, romper a integração dos povos no Mercosul e na Unasul. Nós já tínhamos denunciado que isto poderia acontecer, que o Paraguai era a ‘ponta’ mais frágil onde os EUA e as multinacionais viam um lugar por onde romper o processo de integração da América Latina. Alertávamos que era necessária a solidariedade dos povos de América Latina, porque caso contrário se ia produzir isto que se produziu, que é um golpe de estado da ultra direita mafiosa de nosso país, em coordenação com os EUA e as multinacionais”.

O contexto do golpe

O pretexto para acelerar o golpe foi a matança de Curuguaty sucedida uma semana antes, no despejo de uma fazenda, onde morreram 11 camponeses e 6 policiais, fato, ao que tudo indica, orquestrado para detonar o golpe contra o presidente Lugo. O terreno estava em disputa com o ex senador Blas Riquelme, que foi presidente do Partido Colorado por muitos anos, dono de vários supermercados e fazendas de gado, e que tinha se apropriado de 2.000 hectares que pertencem ao estado paraguaio. Essa parcela foi ocupada por camponeses

sem terra. Um juiz e uma fiscal ordenaram o despejo dos camponeses, que se realizou através de ação do Grupo Especial de Operações (GEO). Durante o despejo, um grupo paramilitar, infiltrado, matou seis policiais. Em “represália”, o GEO - cujos integrantes foram treinados em luta contrainsurgente pelo Comando Sul dos EUA no período do Plano Colômbia - assassinaram 11 camponeses. Este fato irritou fortemente o movimento camponês, e criou um nível de isolamento do presidente Lugo, que acabou culminando no golpe.



A resistência e a integração latinoamericanas

Desde as primeiras horas do golpe, as organizações camponesas e populares do Paraguai foram reordenando suas forças para encarar uma resistência civil, não reconhecendo o governo golpista e reconhecendo como legítimo mandatário o presidente Lugo. Também os movimentos populares de toda a América Latina se mantêm mobilizados em solidariedade à resistência paraguaia. A posição dos governos latinoamericanos ainda se mostra dividida. Fatos esses não evidenciados pela grande mídia. A experiência de Honduras deveria ter funcionado como aprendizagem. Depois da legitimação do governo de Porfirio Lobo pela OEA, não só não se avançou na luta pelos direitos humanos, como aumentou a impunidade e cresceram sistematicamente no país os crimes contra o povo.

Enquanto invisibilizada pelos grandes meios de comunicação, a resistência camponesa e popular continua nos diferentes rincões do Paraguai. Para além da debilidade nas posições assumidas por Fernando Lugo, o povo paraguaio tem uma longa experiência de coragem e rebeldia, e está cortando caminhando, mobilizando-se, exigindo a expulsão dos golpistas. O desafio é que essa resistência conte com a solidariedade do continente. Trata-se de assumir que a batalha que se está travando no Paraguai é estratégica. Se a “República Unida da Soja” impõe seu presidente através de golpe de estado, o que se encontra ameaçado é o projeto progressista e libertário da América Latina. Não é uma tarefa de solidariedade, somente. Hoje todas somos Paraguai, todos somos Honduras... e precisamos levantar um muro ao golpismo, ao fascismo, à reação conservadora multinacional. É hora de globalizar a esperança, com muita luta.

*Claudia Korol é integrante do Centro de Pesquisa e Formação dos Movimentos Sociais Latino (CIFMSL) e da Equipe de Educação Popular Pañuelos em Rebeldia.

REFLEXÕES BÍBLICAS

Os caminhos para sair da opressão

SANDRO GALLAZZI*

Continuamos, nesta edição, com as reflexões bíblicas com que Sandro nos brinda.

Na edição passada, começamos a falar sobre os profetas, que são não só portavozes de Deus, mas também portavozes dos pobres. Da boca do profeta sai a palavra de Deus e também o grito dos oprimidos.

Para entender bem isso vamos acompanhar os passos de Elias, o pai da profecia camponesa. Um camponês pobre de Galaad, uma região periférica. Seu nome é um programa claro: Elias quer dizer “meu Deus é Javé”. Do outro lado, Acab, o rei, poderoso, aliado a outros reis, conquista um momento de esplendor para o Reino de Israel. E quando há esplendor deve haver muita gente que o sustenta. Acab está casado com Jezabel, filha do rei do Líbano, que traz consigo quatrocentos e cinquenta profetas de Baal, um Deus acostumado a legitimar o poder de alguns poucos.

Javé, o Deus dos pobres e do pão para todos, deve ser apagado da memória do povo e substituído por Baal, o Deus da chuva e do orvalho, mas, sobretudo, o deus do armazém cheio. O conflito é: de um lado, o Estado com seu Deus, Baal; do outro, um camponês, Elias: meu Deus é Javé. Apesar de Baal ser o deus da chuva, quem ameaça com anos de seca é Elias, em nome de Javé. Baal não sabe nada de chuva! Uma seca estranha, porque no capítulo 18 se fala que no campo há água e pasto, mas o rei deve sair com seu ministro buscar alimento para os cavalos (que são do exército) e as mulas (utilizadas para o comércio).

Quando o pobre crê no pobre: O caminho da solidariedade



Mas vamos voltar uma página atrás. Diante do problema da fome, da seca, a primeira saída, memória do antigo caminho pelo deserto e do maná, é confiar na proteção de Deus, que do céu manda o alimento e da rocha retira a água. Mas isso não basta.

Agora, quem vai alimentar o profeta será uma pobre viúva, estrangeira. Não sei se é mais fácil crer na ajuda do céu, ou na de uma mulher pobre. Mas este é o passo que Elias deve fazer. Não basta que creia no Deus dos pobres, precisa crer também nos pobres de Deus, apostar neles, confiar neles como sujeitos capazes de solucionar os problemas e não só como vítimas do sistema.

Ao chegar a Sarepta, no Líbano, a terra natal de Baal, Elias encontra a mesma seca que em Israel. Na porta da cidade, uma viúva está apanhando lenha. Elias lhe pede um copo de água. A mulher se apressa para atender ao profeta. Mas ele pede mais: um pão. Isso é difícil. A mulher tem só um pouco de farinha e azeite, para fazer o último pão e depois morrer. Elias insiste: primeiro faz um pão para mim. É uma exigência que pode parecer mal educada, mas não o é. É a única possibilidade da saída real da opressão. O pobre, até o mais pobre, até o que tem o último pãozinho, tem que descobrir a dignidade do partilhar. Não precisa de esmola, mas precisa de coragem para colocar o outro em primeiro lugar, sempre. Esta é a solidariedade que só os pobres sabem viver, mesmo os que não conhecem a Javé. Na casa de Baal há uma mulher capaz de partilhar: a farinha e o azeite não vão faltar. A casa da mulher será lugar de vida.

Esta é a mensagem do profeta ao povo: a mensagem da solidariedade

Não podemos esperar que os poderosos mudem as estruturas sociais para que se faça justiça. Os poderosos nunca vão fazer isso. Não obedecem os profetas, antes os matam. Por isso, Elias, o profeta, começa a reconstruir o tecido da solidariedade popular com uma mensagem profundamente exigente. É a solidariedade. O caminho da libertação passa por nós quando sejamos capazes de crer em nós mesmos e na fraternidade.

Por que? Porque o profeta sabe o que o poderoso faz, além de roubar-lhe o trabalho, o produto, rouba-lhe a

solidariedade do povo. O modelo que propõe é o modelo da divisão. É necessário recuperar a cabeça do pobre para uma proposta radicalmente alternativa. O bem do outro está em primeiro lugar.

Não se trata de dar segundo nossas possibilidades, o Deuteronômio diz: “Abre tua mão ao pobre segundo sua necessidade.” A necessidade do pobre é o critério último de minha solidariedade: até que não seja mais pobre. Os profetas sabem que esta atitude vai produzir mudanças irreversíveis, e que se não conserguirmos fazê-lo, vai prevalecer a sociedade opressora.

Eu tenho a responsabilidade de crer no pequeno, de apostar nele. Tenho que lutar para que nada, nem ninguém consiga quebrar a cadeia da solidariedade entre os pobres. Isto é um projeto do pobre. O pobre não pode ficar tranquilo, simplesmente rezando a Deus para que destrua a cidade, que destrua o opressor, ou que lhe mude o coração. Tem que dizer ao povo que não há saída da opressão se não construirmos a solidariedade.

*agente da CPT Amapá.

EXPERIÊNCIA

Brasileiros, Brasivianos e Bolivianos

DARLENE BRAGA*

O Estado do Acre faz divisa com os estados do Amazonas e Rondônia e fronteira com dois países, Peru e Bolívia, e é ligado ao litoral sul do Peru pela estrada do Pacífico. A fronteira Acreana e Pandina é um espaço socialmente compartilhado por migrantes brasileiros e comunidades bolivianas, definido pela necessidade de terra e trabalho.

Na década de 70, com a vinda dos sulistas e devido a grandes conflitos agrários no Estado, aconteceu o processo de ocupação dos “brasivianos” - denominação dada aos brasileiros que residem na Bolívia. “Os anos caracterizados pelos maiores deslocamentos de brasileiros para a província de Pando, são marcados por intensos conflitos de terra no Estado do Acre, período caracterizado pelo avanço da frente pecuarista”, diz a pesquisadora Benedita Maria Gomes Esteves, em seu trabalho “Amazônia: um espaço compartilhado - estudo de caso sobre os “brasivianos”. Na busca por progresso econômico, esses novos ocupantes da região norte foram em busca de atividades que trouxessem retorno financeiro, e viram na ocupação das terras de fronteiras e, até mesmo, terras já dentro da Bolívia, a possibilidade de se assentarem facilmente, produzirem e aproveitarem as riquezas locais. Entretanto, esse processo que foi até tranquilo no início, acabou desencadeando uma série de conflitos ao longo dos anos.

Tensões

Entre 1980 e 1990, o aumento do preço da borracha e a grande quantidade de castanha fez com que seringueiros bolivianos se manifestassem pela saída dos brasileiros. O episódio causou certa tensão entre o Acre e Pando. Após a posse de Evo Morales, em 2006, novamente o clima hostil se instalou na região. Desta vez, foi o próprio Morales que prometeu expulsar as famílias que residem na Bolívia, sob a alegação de garantir a soberania



Foto: CPT Acre



Foto: CPT Acre

do seu país, e de assentar duas mil famílias de camponeses oriundos de La Paz e Cochabamba, em 200 mil hectares de terras localizadas na região fronteira.

Os anos foram passando, e a tensão na região só foi aumentando, de forma que em abril de 2012, 10 soldados do exército boliviano invadiram casas, ameaçaram as famílias, atearam fogo e mataram o gado de brasivianos que já estavam na cidade de Capixaba (AC), que é localizada na fronteira entre os dois países. Os militares realizaram inúmeras atrocidades, assustando as famílias. Segundo Nilson Mourão, Secretário de Direitos Humanos foi firmado um acordo entre os dois países, durante o governo Lula, que estabelecia um prazo para que as famílias que vivem na fronteira fossem deslocadas para outras terras, já que a legislação boliviana não permite estrangeiro viverem a menos de 50 quilômetros de sua fronteira.

Em 2010, a OIM, Organização Internacional para as Migrações, dentro de um projeto firmado com o governo brasileiro, catalogou as famílias brasileiras que viviam na Bolívia ou na área de fronteira, para agilizar o processo de reinserção dessas famílias no Brasil. Entretanto, como as próprias famílias denunciam, o processo está lento e as promessas ainda não foram cumpridas.

Conflitos

O sr. Francisco de Assis Batis-

ta de Souza, brasileiro, presidente da associação dos Ganaderos, mora no Ramal Campinas, após a Vila Evo Morales, está na Bolívia desde 2001 e diz que foi para o país porque o acesso à terra era muito fácil. Francisco fala que a convivência com os criadores de gado e os bolivianos sempre foi harmônica, o problema, segundo ele, é com os extrativistas. Comenta também, que os bolivianos não querem morar nas terras, “os bolivianos não moram aqui e nem pretendem morar, só vem no final de abril, período da castanha... os brasileiros são coagidos nos meses da castanha, depois eles vão embora...”. A castanha é um bom negócio para brasileiros e bolivianos, então, o interesse dos bolivianos é na extração da castanha para comercialização.

Retorno ao Brasil

Segundo dados e informações do INCRA, já foram assentadas 131 famílias, com previsão de mais 203 nas fazendas Nova Promissão e Campo Alegre, em Capixaba (AC). Ao serem assentadas no lado brasileiro, os trabalhadores receberam lotes que variam de 10 a 25 hectares, com casa no valor de R\$ 15 mil, e uma cesta básica até começarem a produzir. Receberiam todo apoio necessário para viverem dignamente. Mas, não foi o que vimos quando visitamos as famílias. O que vimos foi um depósito de gente. O Incra assentou as famílias em uma área

que tem escassez de recursos hídricos e inapropriado para plantio. O sr. Francisco Pereira Sobrinho se expressa assim: “temos segurança por estarmos no Brasil. O INCRA não deu assistência, mas agora está começando. Quando entramos aqui o INCRA disse que nos daria: 31 ha gradeado, luz em 20 dias, açude, dois anos de cesta básica (período que começamos a colher o que plantar). Só que o INCRA só nos deu três hectares gradeados, não tem água, não tem luz, e a cesta básica só veio duas vezes. Essa área é muito ruim de água”.

Além disso, na área também já existem conflitos por causa da demora do INCRA em assentar os brasivianos na terra. Em setembro de 2011, famílias de pequenos agricultores do estado ocuparam a fazenda Campo Alegre. A CPT Acre constatou que é possível o INCRA assentar todas essas famílias, de brasivianos e as que ocuparam, já que a área da fazenda é grande. Mas esse entendimento por parte do órgão não é tão simples assim, o que acaba atrasando o processo. A situação dos acreanos que vivem na Bolívia é complexa e muito delicada. Cada família tem uma situação, uma história e uma expectativa. O que é comum é o sentimento de insegurança, medo e pavor na maioria das famílias.

*Coordenadora da CPT Acre.

CULTURA

Cerrado

Foto: João Zinclar

JANE SILVA*

Deus em sua lida incansável
De criar o mundo
Comigo conversou
Sobre o que pensava para o futuro

Disse-me que pensava
Em algumas árvores plantar
Talvez chamasse mata atlântica ou amazônia
Mas que seria em outro lugar

Comentei que a ideia era boa
Mas os tempos eram difíceis
Como fazer uma floresta
Depois do meteorito?

Aí ele sorriu e disse;
Não será fácil, pois estou cansado
Mas conto contigo
E pra te dar a gloria te chamarei de Cerrado

Vais parecer fraco
Com aparência de tristeza
Mas em tuas entranhas terás água
Para gerar essa nova natureza.



Água será teu sangue
Que em muitas terras irão brotar
Terás lagos e rios
Para a vida se multiplicar

Para essa tarefa
Alguns milhares de séculos te dou
E mesmo quando fores uma anciã
Despertarás muito amor

Esse amor te defenderá
Pois mandarei teu presente
Um povo pra te habitar
E mesmo com toda destruição
nunca deixará de por ti lutar lutar.

*Coordenação Nacional da CPT.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
 Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Impresso Especial

0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA